



Direito à Informação e a Juventude Angolana: Estado da Legislação, Barreiras Digitais e Perspetivas para 2050

The Right to Information and Angolan Youth: State of Legislation, Digital Barriers and Perspectives for 2050

Resumo

O direito à informação constitui um pilar para o fortalecimento essencial cidadania e o exercício democrático. Em Angola, embora a Constituição de 2010 direito. reconheça esse а sua concretização enfrenta sérias barreiras estruturais. especialmente entre juventude, que representa mais de 60% população. Este estudo. de abordagem qualitativa caráter е bibliográfico-documental, analisa criticamente o estado da legislação angolana sobre o direito à informação, identificando os principais obstáculos digitais e propondo estratégias para a sua efetivação até 2050. Os resultados demonstram uma discrepância entre o quadro normativo e a realidade prática, marcada por custos elevados de conectividade, desigualdade na





infraestrutura tecnológica e insuficiência de programas de literacia digital. Além disso, a ausência de uma Lei Geral de Acesso à Informação e a degradação dos de conhecimento espaços públicos reforçam a exclusão informacional da juventude. Conclui-se que a garantia do direito à informação requer reformas políticas públicas de inclusão legais, digital integração literacia da informacional nos currículos escolares. As propostas apresentadas configuram um roteiro estratégico para o empoderamento juvenil e para a construção de uma Angola mais justa, informada e preparada para os desafios de 2050.

Como citar este artigo: Cangila, B. M. (2025). O direito à informação e a juventude angolana: Estado da legislação, barreiras digitais e perspetivas para 2050

Publicado em:

Copyright © 2025 pelo(s) autor(es) e Revista Multidisciplinar CEsP. Este trabalho está licenciado sob a licença Creative Commons Attribution International Internacional (CC BY-NC-ND 4.0) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/



Palavras-chave:

Abstract



Keywords:

